

NOTAS EXPLICATIVAS

(DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE, ANEXO 17 DA LEI Nº 4.320/64 -MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: ISABEL CRISTINA ARAÚJO HACKER, MARIA JOSE DE LIRA
Acesse em: <https://ste.tcepe.tc.br/epp/validar>
ID do documento: 14c6f58a-0bb2-4eea-8d35-6ba534c735b3

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

NOME DA ENTIDADE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA MATA SUL
CNPJ: 18.538.240/0001-00

DOMICÍLIO DA ENTIDADE: FAZENDA SERRA DAGUA, 271, ZONA RURAL, CEP: 55.570-000 - RIO FORMOSO - PE

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE:

O consórcio intermunicipal Portal da Mata Sul, concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 121-0 – Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública), possui atividade principal Atividade de Associações de defesa de direitos sociais. A execução Orçamentária durante o exercício de 2023, aprovada em Assembleia. Os recursos financeiros são derivados dos repasses recebidos através dos entes consorciados em forma de contrato de rateio, convênio de Cooperação e aplicação financeira.

DADOS DO GESTOR:

NOME: ISABEL CRISTINA ARAÚJO HACKER
CARGO: PRESIDENTA
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2023 - 31/12/23

DADOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO:

NOME: MIGUEL GOMES DE FREITAS
CARGO: SECRETÁRIO EXECUTIVO
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2023 - 31/12/23

DADOS DO CONTADOR:

NOME: MARIA JOSÉ DE LIRA
CRC/PE: 9621
E-MAIL: mjliracontabil@gmail.com

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADES COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS:

Esta demonstração contábil foi elaborada de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6.

b.2. ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCASP E NBC T 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

O presente demonstrativo atende as exigências do Índice de Consistência Contábil do Tribunal de Contas de Pernambuco. A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período. Este demonstrativo compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. Essas obrigações independem de autorização orçamentária por serem decorrentes de operações extras orçamentárias ou por já terem passado por um orçamento em exercício anterior. O registro dos restos a pagar é feito por exercício, apontando-se os processados e os não processados.

O Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta consistência entre as contas analíticas e sintéticas dos grupos de contas.

b.3. BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

A elaboração da Demonstração da Dívida Flutuante foi utilizada o regime misto nas operações orçamentárias, conforme o art. 35 da Lei Nº 4.320/64 e MCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.



b.4. NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas.

b.5. JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa para esse demonstrativo.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

c.1) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não há informações desta natureza.

c.2) Divulgações não financeiras:

Não há informações desta natureza.

c.3) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações desta natureza.

c.4) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há informações desta natureza.

d) Saldo significativo de Caixa e Equivalentes de Caixa não disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

e) Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem caixa:

Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.

f) Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como retidas no momento da liquidação dos empenhos, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

g) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM REFERÊNCIAS CRUZADAS NO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

g.1) Restos a Pagar Processados:

O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 1.244.496,96.

Houve inscrição no total de R\$ 1.623.429,79, houve pagamentos de restos a pagar processados no valor de R\$ 1.100.022,35

Não houve cancelamento de restos a pagar processados.

Restando, portanto, um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 1.767.904,40

Restos a Pagar não Processados:

O saldo anterior dos restos a pagar não processados 1.147.507,03, Houve inscrição de restos a pagar não processados no valor de 106.657,13 no exercício de 2023.

Houve pagamento de restos a pagar não processados de 468.419,66

Houve cancelamento de restos a pagar não processados no valor de 785.744,50.

Restando um saldo de restos a pagar no exercício de 0,00

g.2) Depósitos e Consignações:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 68.211,47. Houve inscrição no total de R\$ 2.368.358,41 pagamentos no valor de R\$ 2.351.843,53.

Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 84.660,19